(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Regime de subempreitada de obras públicas

A subempreitada é um método que tem vindo a ser adoptado pelo sector da construção civil de Macau. Os empreiteiros gerais dos sectores da construção civil e de engenharia têm por hábito adjudicar a outras empresas diferentes partes das obras, consoante a dimensão destas. De vez em quando, ouvimos designações como “empreiteiro principal”, “subempreiteiro” e “terceiro empreiteiro”, etc. De facto, um contrato de obras em geral, adquirido por parte de um empreiteiro geral, pode envolver dezenas de trabalhos, pois nem sempre o empreiteiro geral tem conhecimentos suficientes. Por isso, é razoável adjudicar certas partes das obras a terceiros. De acordo com os procedimentos normais do sector: os trabalhos de betão, de armaduras de ferragem, de montagem de portas e janelas e de tratamento electromecânico, etc., são normalmente da responsabilidade de subempreiteiros; e, em situações como o período de pico das obras, é aceitável a adjudicação de partes dos procedimentos a terceiros empreiteiros.

No entanto, recebi recentemente um pedido de apoio de uma quarta empresa empreiteira de uma obra do Governo, alegando que, em relação a um serviço prestado, o Governo já tinha pago o respectivo salário ao empreiteiro geral, e que o subempreiteiro também já tinha recebido o respectivo dinheiro, no entanto, o terceiro empreiteiro ainda não tinha pago o dinheiro ao quarto empreiteiro, o que provocou a falta de pagamento de salários aos trabalhadores respectivos por parte deste quarto

(TRADUÇÃO)

empreiteiro, que ficou desamparado, porque a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) exigiu-lhe depois os referidos salários em atraso.

O fenómeno de "quarto empreiteiro e quinto empreiteiro" pode facilmente dar origem a problemas de fuga por parte dos empreiteiros principais e de abandono de obras, etc., e o apuramento de responsabilidades também se torna difícil. No entanto, o pior é que, se há atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores da linha da frente, isso afecta a sobrevivência das suas famílias. Este caso demonstra que existe margem para melhorias no que respeita às subempreitadas e à fiscalização das obras públicas, e que o Governo deve prestar atenção à salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores do sector.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Hong Kong, nossa vizinha, a *Housing Authority* definiu uma política de subempreitada para resolver os problemas de subcontratação, exigindo que, nos contratos de obras de construção só pode haver subcontratações, no máximo, de dois subempreiteiros [1]. Nos termos do artigo 43C do "*Employment Ordinance*" de Hong Kong, o empreiteiro geral e o subempreiteiro devem assumir a responsabilidade legal do pagamento dos salários dos trabalhadores contratados pelo subempreiteiro [2]. Em Macau, porém, não existem restrições quanto à subempreitada de obras públicas. A Lei n.º 2/2023 (Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil), que entrará em vigor no dia 1 de Novembro do corrente ano, regula os deveres dos empreiteiros, subempreiteiros, encarregados de segurança, engenheiros designados e pessoas designadas, entre outros

(TRADUÇÃO)

sujeitos. No entanto, não existem normas que regulem a liquidação e o pagamento de salários das obras dos subempreiteiros, não sendo clarificadas as respectivas responsabilidades. O Governo deve tomar como referência a legislação das regiões vizinhas, no sentido de aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização das obras públicas de Macau e de definir um limite máximo de subempreitada, isto é, só pode existir até ao terceiro empreiteiro. Vai fazê-lo? De acordo com a actual experiência e situação, existem demasiados níveis de subempreiteiros, assim sendo, será que o Governo não consegue dominar bem as respectivas relações laborais, entre outras dificuldades, ao nível da fiscalização?

2. Quanto à qualificação dos subempreiteiros, o Governo deve ponderar sobre a fixação das respectivas restrições, a fim de evitar situações de fuga de responsabilidades ou de dificuldade de apuramento de responsabilidades por parte das empresas "fictícias" com contrato de empreitada e subcontratadas, que não possuem activos fixos nem locais fixos de exploração. Vai fazê-lo? Segundo a experiência, o Governo vai ajudar os trabalhadores locais a exigirem às empresas com contrato de empreitada das obras e às empresas subcontratadas a devolução dos salários em dívida. Será que os trabalhadores não residentes gozam desta mesma protecção dos seus direitos e interesses?

[1] *Hong Kong Housing Authority*, Questões frequentemente colocadas: o que é a política de subcontratação e subempreitada do *Housing Committee*?
https://www.housingauthority.gov.hk/mini-site/site-safety/tc/faq/index.html

(TRADUÇÃO)

[2] Salário dos trabalhadores da subempreitada, artigo 43C do "*Employment Ordinance*" de Hong Kong.
https://www.elegislation.gov.hk/hk/cap57!zh-Hant-HK

7 de Setembro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Hong Sai